

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às treze horas e
3 trinta minutos, por Videoconferência, realizou-se a Primeira Reunião Plenária Ordinária
4 da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) do ano de
5 2021, a secretária executiva da CIB, Maíra Ribeiro Melo, chamou a composição da
6 mesa virtual, os representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
7 (SDS/SC): Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, Claudinei Marques.
8 Secretário Adjunto do Desenvolvimento Social Daniel Neto Cândido. Diretora de
9 Assistência Social, Luciane dos Passos, Gerente de Proteção Social Básica da
10 Assistência Social Maristela dos Santos e o convidado Caio Cavicchiolli, Gerente de
11 Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social. Representantes do Colegiado
12 Estadual de Gestores Municipais de Santa Catarina - (COEGEMAS/SC): Presidente do
13 COEGEMAS Maria Cláudia da Silva, Secretário Municipal de Assistência Social de
14 Blumenau Oscar Grotmann, Secretário Municipal de Assistência Social de Capinzal
15 Tiago Cazara. Representantes do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):
16 Conselheiros Jailton Fabi e Cleide Terezinha Oliveira. Informa que os questionamentos
17 serão realizados pelo chat e respondidos por tema de acordo com a pauta, a reunião
18 será gravada para constar em ata e pede que mantenham os microfones desligados e
19 se desejar a palavra se manifestar pelo chat. Passa a palavra para Sra. Luciane, que
20 deseja boa tarde a todos e todas, e passa a palavra para o secretário Claudinei que
21 cumprimenta os/as participantes, diz que é a primeira reunião que participa e se
22 apresenta, está na cidade de Três Barras inaugurando o CRAS da cidade, um aparelho
23 que julga importantíssimo, principalmente no período de pandemia. Cumprimenta a
24 equipe do COEGEMAS, do CEAS e informa que Sr. Daniel, Secretário Adjunto, irá
25 conduzir a reunião e que fará apenas uma contribuição inicial. Também informa que
26 será agendada reunião extraordinária na próxima semana para tratar do
27 cofinanciamento e que Luciane irá passar os detalhes, o assunto é importante e precisa
28 ser tratado em questão de urgência. Informa que não será possível acompanhar a
29 reunião de hoje e que no dia seguinte irá inaugurar o CRAS na cidade de Garuva.
30 Acrescenta que a Sra. Luciane conduzirá a reunião juntamente com o Sr. Daniel e
31 depois ambos repassarão as informações e tem certeza que estará muito bem
32 representado. Pede a permissão de todos/as e perdão pela ausência, e deseja uma
33 boa reunião. A Diretora de Assistência Social, Sra. Luciane dos Passos agradece. Sra.
34 Maria Claudia, presidente do COEGEMAS, deseja boa tarde a todas e todos,
35 cumprimenta os representantes da mesa, informa que no final da reunião do
36 COEGEMAS ela fez contato com o Secretário Claudinei para apresentar a pauta da
37 ampliação da participação, uma pauta antiga, o que foi permitido. Sra. Maria Cláudia dá
38 continuidade, informando que no contato com o Secretário ele já fez a justificativa da
39 ausência, solicitando a alteração da pauta, para que tratassem primeiramente do
40 cofinanciamento, uma vez que teria esses municípios na agenda. Antecipou a ele que o
41 COEGEMAS iria apresentar a proposta de uma plenária extraordinária com essa pauta

42 específica, para que seja possível apresentar a posição do colegiado de municípios.
43 Agradece a postura do Secretário, que prontamente acatou a deliberação do
44 COEGEMAS para ampla participação dos gestores e demais interessados, respeitando
45 os espaços de voto e voz previstos no regimento. Relata a dificuldade em garantir o
46 direito a voz de gestores que fazem parte do COEGEMAS e da CIB, não da Diretoria,
47 mas que no Youtube não contemplava a garantia de participação de todos. Agradece
48 aos técnicos da SDS, a FECAM (Federação Catarinense dos Municípios) que
49 disponibilizou a sala do zoom para realizar esta reunião. Que seja a primeira de muitas
50 outras possibilidades de ampla participação de todos os interessados e envolvidos na
51 Política de Assistência Social. Deseja uma ótima tarde, uma reunião objetiva e
52 participativa, diz que o COEGEMAS esteve reunido durante toda a manhã, discutindo
53 as pautas e alinhando, tem a certeza de que será uma reunião muito produtiva. A
54 Diretora de Assistência Social Luciane agradece e passa a palavra ao Secretário
55 Adjunto da SDS, Daniel, que deseja boa tarde, cumprimenta os presentes, agradece as
56 palavras, a oportunidade e parceria do Secretário Claudinei, informa que ambos estão
57 na SDS para contribuir e para que possam realmente fazer o melhor para a Secretaria
58 do Estado de Desenvolvimento Social. Cumprimenta Maria Cláudia, diz que gostaria de
59 fazer uma saudação especial, ele que foi prefeito de São João Batista, e estava até
60 dezembro “do outro lado do balcão”, reivindicando os direitos dos municípios, dessa
61 forma quer cumprimentar a Secretária Rúbia, de São João Batista, uma educadora que
62 tem feito grande trabalho. Informa que ele e o Secretário Claudinei se inteiraram dos
63 problemas e reivindicações e repassa algumas ações feitas a partir dos dias em que
64 assumiram: tem problemas com as obras do CRAS em alguns municípios. São 8
65 CRAS, 2 CREAS que os projetos estão em análise na Secretaria de Infraestrutura. Eles
66 conversaram e definiram com o Secretário da Fazenda Paulo Eli para que pudessem
67 dar celeridade a esse processo. Agradece a toda a equipe técnica da SDS, que apesar
68 de ser muito reduzida, trabalha intensamente. Afirma que a presença dele e do
69 secretário Claudinei é de colaboração, estão na secretaria para defender os municípios,
70 que estão representando o Estado, mas com os olhos, o coração, o sentimento e a
71 missão com os municípios. Afirma que podem contar com eles, pede que os vejam
72 como colaboradores, todos trabalhando pelo mesmo objetivo, estão na secretaria para
73 aprender com os municípios e serem os advogados das Secretarias Municipais, pois
74 entendem que lá na ponta é o cidadão que precisa da atenção do Estado. Agradece a
75 oportunidade e o carinho de todos, e se coloca à disposição. É então realizada a leitura
76 do edital de convocação da primeira reunião de 2021 por Luciane. **1º. Verificação da
77 presença e da existência de quórum**, confirmado; **2º. Apresentação, apreciação e
78 aprovação da pauta**: Luciane informa que a pauta do cofinanciamento ficará para o
79 dia 29 de Março, Segunda-feira, às 16 horas, com pauta única e exclusiva. É
80 apresentada e aprovada a pauta. O COEGEMAS apresenta a proposta de incluir na
81 pauta o tema do INSS e das Conferências, e esclarece que não seria a supressão da
82 pauta do cofinanciamento, mas que quando chegar a pauta o COEGEMAS tem uma

83 proposta de encaminhamento. É aprovada a pauta, com as inclusões sugeridas. **3.**
84 **Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior.** Maíra, Secretária Executiva da
85 CIB, apresenta a ata da reunião de 8 de dezembro (8ª CIB), a última reunião de 2020,
86 que já havia sido enviada para o COEGEMAS, e foi aprovada. **4º. Matéria de**
87 **Pactuação: Composição dos membros da CIB e da Câmara técnica.** Maíra
88 apresenta a nova composição da CIB. Apresenta os nomes, tanto da SDS quanto do
89 COEGEMAS, para que seja aprovada nessa reunião a nova composição de mesa.
90 Luciane esclarece que como os nomes foram encaminhados pelo COEGEMAS e pela
91 própria Secretaria, não há necessidade de leitura de cada nome, e pergunta se a
92 Secretaria Maria Cláudia deseja fazer alguma colocação. Os nomes são aprovados.
93 **Calendário das reuniões 2021.** Maíra, Secretária Executiva da CIB, esclarece que o
94 calendário sempre é aprovado na última reunião do ano. Porém são necessárias
95 algumas alterações, pois há reuniões já nos municípios, pensando que a pandemia
96 estaria amenizada, o que não vai acontecer em breve. Em reunião de alinhamento
97 foram colocadas duas possibilidades de datas para a reunião do mês de novembro 25
98 ou 30. Maria Cláudia informou que COEGEMAS decidiu em reunião pela manhã que
99 em Novembro a melhor data seria dia 25. E informa que gostaria de manter o
100 calendário inicial nas regiões, podendo ser avaliado mensalmente se por
101 videoconferência ou na região. Maíra e Luciane sugerem que se mantenha no
102 calendário a opção de videoconferência ou município, visto que o calendário é público e
103 postado nos sites. O que foi aprovado. **Cofinanciamento 2021.** Luciane passa a
104 palavra a Maria Cláudia, que recebeu a proposta da Resolução e os valores para o
105 Cofinanciamento e que foi levado para discussão no COEGEMAS. E um pleito do
106 colegiado, e precisa ser avaliado, estudado, para que se possa mensurar como se dará
107 a pactuação. Acredita que este estudo é importante para se propor, se os valores estão
108 de acordo, se é um valor menor ou maior que o último ano, se a proposta vem ao
109 encontro das expectativas dos municípios ou não. Afirma que a demanda urgente por
110 recursos para a execução dos serviços e para demandas que tem vindo para além
111 destes. Solicita ao Estado que não só nesta ocasião, mas sempre que houver esse tipo
112 de pauta, que repasse a diretoria do COEGEMAS com pelo menos uma semana de
113 antecedência, para que possam seguir os trâmites de encaminhar para a Câmara
114 Técnica, fazer o estudo necessário, e possam se posicionar. O pedido de manutenção
115 da pauta foi para que se registre em ata o desconforto da diretoria e de toda a
116 composição do COEGEMAS em receber a proposta sem tempo hábil para que
117 pudessem fazer as análises e considerações necessárias. Diante disso, propõem que
118 seja realizada uma assembleia extraordinária com pauta única. A proposta inicial era
119 que fosse realizada na próxima quinta-feira, mas diante da dificuldade de agenda do
120 Secretário Claudinei concordam em ser no dia 29 de Março, assim há um pouco mais
121 de tempo para estudar a proposta internamente, para deliberações que contemplem se
122 não todos, a maioria dos municípios, que são muito diferentes em termos de demanda
123 e execução dos serviços. É aprovada a proposta, com a consideração feita pela

124 Diretora de Assistência Social de que a Câmara Técnica sinalize antes do dia 29 de
125 março, suas considerações, para que no dia 29 o pactuação do Cofinanciamento possa
126 ocorrer. Maria Cláudia sinaliza que na quinta feira a Câmara Técnica irá repassar ao
127 COEGEMAS o resultado do estudo, e fica acordado que enviarão também a SDS na
128 quinta-feira (25/03). Maria Eunice, Coordenadora da Câmara Técnica do COEGEMAS
129 pede a palavra e deseja boa tarde à todos e todas, pergunta em relação ao estudo, se
130 seria a Câmara Técnica da CIB que faria. Questiona como foi organizado o documento
131 do cofinanciamento, se houve a participação de técnicos, porque se tiverem uma
132 dúvida na discussão é interessante ter alguém para responder. Maria Cláudia responde
133 que entendeu na assembleia que seria a Câmara Técnica do COEGEMAS, mas que
134 iria perguntar ao Coegemas se a proposta é a câmara técnica da CIB ou do
135 COEGEMAS. Luciane informou que a minuta de Resolução da CIB foi elaborada pelo
136 Gerente de Financiamento de Assistência Social – GFEAS/DIAS/SDS e encaminhada
137 ao COEGEMAS para análise e contribuições. **5. Matérias de Discussão:**
138 **Levantamento dos saldos em conta, recursos estaduais.** Maria Claudia abre a
139 pauta, dizendo que muitos municípios estão com novos gestores, e que mesmo
140 aqueles que os gestores continuam os mesmos, após o recebimento deste ofício
141 demonstraram desconforto e preocupação, uma vez que o ofício não foi enviado com a
142 justificativa do porquê do questionamento. Expõe que diante de um quadro crítico de
143 recursos, de pactuação, de luta por cofinanciamento federal e estadual, paira a
144 preocupação dos municípios da motivação do Estado ter acesso a essa informação,
145 pois há municípios que tem saldo em conta, porém estão empenhados em utilizá-los.
146 Desta forma, quando passam a informação apenas do extrato bancário, sem informar
147 do porquê o recurso está na conta, quanto está empenhado ou não, é uma informação
148 sem contexto. Informa que em reunião de alinhamento com o Estado, Luciane já havia
149 feito toda a justificativa junto com o Secretário, ainda assim o COEGEMAS solicitou que
150 esse assunto se tornasse pauta para que constasse em ata essa justificativa, essa
151 orientação, essa motivação do Estado em ter acesso a informação das contas dos
152 municípios, assim que chegasse de forma ampla e democrática a todos os gestores
153 para que fiquem tranquilos. Reforça a importância de alinhamento com os técnicos das
154 associações dos municípios nos demais momentos que precisarem de qualquer
155 informação com justificativa e objetivo. Pois os gestores trouxeram na reunião do
156 COEGEMAS, que ligavam para as associações dos municípios para pedir orientação e
157 estas não sabiam informar. Informa ainda que muitos contam com novos contadores e
158 estavam sem acesso a conta, o que acabou sendo um transtorno para os novos
159 gestores. Informa que muitos ficaram sem responder, pois não sabiam como, ficaram
160 com receosos, e as próprias Associações de município não tinham como dar essa
161 orientação pois não tiveram essa orientação da Secretaria do Estado. Elucida que são
162 dois pedidos: um de esclarecimento, e outro que possa haver esse alinhamento com os
163 técnicos das Associações. O Secretário Adjunto Daniel lamenta que foi essa a
164 impressão, em nenhum momento foi a intenção da Secretaria alguma forma de

165 intimidação, não tiveram outros motivos que não os positivos, pede desculpas. Não
166 iriam iniciar sua gestão, nem ele nem o secretario Claudinei, sendo indelicados ou
167 muito menos ditadores. Informa que em seguida o Gerente da GFEAS ,Caio, irá
168 explicar tal motivação. Maria Claudia agradece e salienta que é muito importante que
169 os gestores possam ouvir e ver essa postura acolhedora, essa reafirmação do
170 compromisso com a coisa pública, com a comunicação, e cuidado para serem
171 parceiros. Sr. Caio informa que o objetivo foi orientar os municípios, pois esta é uma
172 das funções do Estado. Informa que desde o ano passado recebe várias ligações e
173 mensagens via Whatsapp dos gestores que estão deixando os cargos para resolver o
174 que tem na conta. São diversas dificuldades como: gestores que saíram e não
175 deixaram a senha para ligar o computador; que o contador mudou; não ter ciência
176 quantas parcelas receberam; onde está o plano de trabalho; entre outros. Desta forma,
177 informa que as colaboradoras da gerência do FEAS, passam o dia reenviando para os
178 municípios os Planos de Trabalho, das 6 parcelas, porque a grande maioria não tem
179 os planos de trabalho arquivados, ou o novo gestor não sabe onde está, os contadores
180 também mudaram. Expõe que então pensaram em fazer uma orientação para os
181 municípios, de como utilizar esse recurso. Percebe que as pessoas presentes, que
182 participam da CIB e do COEGEMAS, são os mesmos municípios, as mesmas pessoas,
183 e que outros gestores ficam sem informação. Afirma que isso comprova-se, por
184 exemplo, no ano passado, em que muitos municípios informaram nem ter recebido o
185 plano de trabalho, nem sabiam que havia cofinanciamento. Diz que foi pensando nisso,
186 e tendo certeza de que os municípios que receberam uma parcela em novembro e
187 dezembro não têm tempo hábil para gastar até março, pois mudou gestor, tem licitação,
188 contrato, e sabe que não daria tempo. Relata que por outro lado, receberam municípios
189 desesperados para comprar carro, fazer reforma, para utilizar o recurso urgente até o
190 mês de abril, mas que não há necessidade de utilizar o recurso até abril. Assim,
191 esclarece que a ideia é orientar como utilizar esse recurso da melhor maneira, ao longo
192 do ano, e quando receber mais, o município poderá trabalhar com o que tem em conta
193 e com o que virá. Elucida que esse foi o objetivo: didático, de orientar. Sabem que os
194 municípios de grande e médio porte são assessorados, tem uma grande equipe, mas
195 muitos municípios tem falta de acesso, problemas de internet, problemas de
196 comunicação, funcionários. Sra. Maria Claudia agradece o esclarecimento. Luciane
197 complementa a fala de Caio, dizendo que é obrigação da SDS prestar apoio técnico na
198 utilização dos recursos, e que o Estado deve estar próximo aos municípios. **Plano de**
199 **vacinação dos trabalhadores do SUAS:** Luciane abre a pauta dizendo que essa
200 questão é muito importante aos trabalhadores do SUAS, que todos os trabalhadores
201 deveriam receber a vacina, mas que está sendo pelo Plano Nacional, por prioridades.
202 Desde o início da pandemia os trabalhadores do SUAS estão na linha de frente, não
203 pararam por nenhum minuto, muito pelo contrário, quadruplicou a demanda, tiveram que
204 traçar estratégias para que o público pudesse ser atendido, e nada mais importante que
205 a vacinação de todos os trabalhadores do SUAS, no mínimo a inclusão no plano de

206 vacinação. Diante disto, assim que o Secretário chegou na pasta, encaminharam ofício
207 para o Secretário de Estado da Saúde, Sr. André Motta em 19/02 (dezenove de
208 fevereiro), solicitando a inclusão. Informa que em 10/03 (dez de março) realizaram
209 reunião com o mesmo, para reforçar o ofício que já havia sido encaminhado. O
210 Secretário os ouviu, colocou a importância da Política de Assistência Social, mas
211 justificou dizendo que não poderia incluir ou fazer qualquer tipo de modificação ao
212 plano de vacinação, pois o mesmo vem da esfera federal. Então solicitou que a SDS
213 encaminhasse um novo ofício, para levar para instância da Saúde de pactuação, a CIB
214 da saúde, e conseqüentemente levar para a CIT Saúde, para que solicitem a inclusão.
215 Informa ainda, que são vários movimentos, há o CEAS, os municípios, a FECAM, a
216 SDS, o CNAS, todos os Conselhos Municipais, entre outras instâncias de execução de
217 controle social. Esclarece que o pedido foi feito para todas as equipes/trabalhadores/as
218 que atuam na Política de Assistência Social, e não apenas à categoria Assistentes
219 Sociais. Maria Cláudia informa que em reunião do COEGEMAS deliberaram por enviar
220 um ofício ao Secretário Claudinei, para que ele encaminhasse ao Secretário de Saúde
221 a solicitação da participação do COEGEMAS junto com o Secretário Claudinei à
222 reunião de CIB da Saúde, para que possam naquele espaço de pactuação fazer a
223 defesa da inclusão, pois entendem que é o espaço dessa argumentação. Informa que
224 teve acesso a um ofício do Ministério da Saúde que considera os profissionais da
225 saúde e inclui Assistentes Sociais e Psicólogos, o ofício diz que independentemente do
226 local de atuação esses profissionais devem ser vacinados como profissionais da
227 Saúde. Ocorre que nos serviços de acolhimento de Assistência Social as equipes são
228 compostas por diversos profissionais, como educadores, cuidadores sociais, vigilantes,
229 motoristas, cozinheiros, que estão no dia a dia de trabalho. Diz que as ILPIs foram
230 priorizadas, porém existem serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua,
231 que também acolhem idosos. Lembra que nem todos os idosos em situação de
232 vulnerabilidade estão nas ILPIs, e que há muitos outros serviços de acolhimento
233 institucional. Pontua que, além disso, são profissionais que desde o início da pandemia
234 trabalharam na linha de frente. Não conseguiram produzir o ofício para ler na reunião,
235 mas encaminharão até o final da semana, o objetivo é pedir para ter participação na
236 CIB da Saúde. Luciane concorda e diz que havia ressaltado a importância desta
237 questão com o Secretário Claudinei. Sugere como encaminhamento que seja redigido
238 ofício pela CIB para que seja enviado à Secretaria de Saúde para a participação na CIB
239 da saúde. Desta forma fica definido este encaminhamento. **Recomendação para**
240 **concessão de benefícios eventuais em pecúnia:** Luciane informa que os Secretários
241 Claudinei e Daniel realizaram visitas em alguns municípios do estado e que a
242 orientação para todos os municípios, em relação a concessão dos benefícios eventuais,
243 com base na legislação de que a prioridade deve ser em forma de pecúnia. No entanto,
244 os municípios têm autonomia, de acordo com sua realidade. Sendo assim, diante das
245 visitas realizadas os Secretários da SDS sugeriram que a pauta fosse debatida em CIB,
246 para reforçar a orientação que já vem sendo realizada aos gestores pela DIAS, por

247 meio da Gerência de Benefícios, Transferência de Renda e Programas. Ressaltou a
248 importância dos benefícios eventuais serem concedidos em pecúnia, pela questão da
249 dignidade do usuários, pela questão do acesso ao alimento, a autonomia em escolher
250 quais alimentos para sua subsistência. Secretário Adjunto Daniel complementa
251 relatando que ele e o Secretário Claudinei, nas visitas têm percebido algumas
252 diferenças entre municípios e se conseguirem unificar e tornar padrão ao Estado, irão
253 melhorar a vida das pessoas beneficiadas. O exemplo do município de Tijucas pode
254 ocorrer em outros municípios também, diz que a Secretária de Tijucas, Bianca, pode
255 exemplificar. As pessoas idosas que moram longe da Secretaria, do local onde buscam
256 a alimentação, muitas vezes não têm meio de transporte para levar, perceberam que
257 pessoas com carrinho de mão indo buscar sua cesta de alimentos. Além disso, quando
258 o município faz a licitação, em que a lei tem que ser respeitada, empresas de outro
259 município acabam vencendo a licitação. Com a possibilidade do cartão, além de dar
260 dignidade ao cidadão, este pode escolher onde comprar, movimentando a economia
261 local. Um modelo que funciona bem é o modelo de Blumenau. Desta forma, a palavra
262 foi repassada para a técnica Karen do município de Blumenau que apresenta a
263 experiência exitosa do município. Luciane agradece a manifestação e presença, diz
264 que quem norteia os benefícios eventuais são os Conselhos municipais de Assistência
265 Social, no caso dos municípios, e no caso do estado o CEAS. Os benefícios eventuais
266 em pecúnia, não somente no caso da alimentação, mas também auxílio natalidade,
267 morte, aluguel social, potencializam a autonomia do usuário. Afirma que enquanto
268 Diretoria de Assistência Social sabem da importância de prestar apoio técnico aos
269 municípios em relação aos benefícios eventuais em pecúnia e que a Diretoria está a
270 disposição. **Atendimento aos imigrantes e população indígena:** Luciane informa que
271 Regina Suenes, Gerente de Igualdade Racial e Imigrantes, da Diretoria de Direitos
272 Humanos da SDS foi convidada para explanar sobre o assunto. Regina deseja boa
273 tarde a todos e todas, se apresenta e informa que a gerência foi criada em 2019, ou
274 seja, é uma gerência nova, complexa, que requer um trabalho articulado. Foi realizado
275 levantamento de dados diagnóstico, para que seja possível se situar no trabalho.
276 Informa que em um primeiro momento foi realizada uma integração com a rede de
277 atendimento; a demanda do imigrante no Estado, é composta por muitos venezuelanos,
278 haitianos, africanos, argentinos. Há todo um corpo intersetorial que já trabalha com
279 essa demanda, como a Defensoria Pública, o Ministério Público do Trabalho,
280 Defensoria Pública Estadual, Polícia Federal, Instituições de ensino entre outros
281 órgãos, então estão fazendo a integração da rede como primeiro passo. Ressalta a
282 participação da FECAM nesse processo. Os imigrantes vieram em busca de emprego
283 devido ao grande número de agroindústrias no Estado. Cita também o Cadastro Único,
284 que deu condições, a partir do programa BI (Business Intelligence), de fazer
285 levantamento de toda a demanda migratória. Informa que foi dialogado com vários
286 municípios, por cartilhas e orientações enviadas e o trabalho realizado durante esse
287 tempo, com dados sobre a quantidade de imigrantes e nacionalidade. Diz que precisam

288 se unir para avançar no trabalho, fazer um trabalho integrado. Aponta que antes a
289 barreira maior era a língua, que fizeram uma orientação em várias línguas sobre a
290 COVID e enviaram aos municípios. Que fizeram algumas capacitações com
291 informações pela plataforma Moodle da SDS, e continuam no processo. Hoje, sabe que
292 a dificuldade está relacionada com a documentação. Afirma que a Defensoria Pública é
293 uma grande colaboradora. Depois, veio a situação da pandemia causada pelo
294 COVID19, e tem trabalhado de forma integrada para verificar os agravamentos vindos
295 com a pandemia, provavelmente irá sair documento tratando do assunto. Diz que o
296 município, numa situação dessas, quer saber o recurso que tem, como pode agir.
297 Informa que a Portaria 614 do Ministério da Cidadania, que vem dando um repasse
298 emergencial a alguns municípios, em que é necessário no mínimo 50 venezuelanos.
299 Traz a questão: e os haitianos? Não temos só imigração venezuelana. Estão pensando
300 o que fazer na situação de COVID-19, a Polícia Federal está fechada, isso impacta
301 muito pois o imigrante fica sem documento, não consegue trabalho e acaba acessando
302 os serviços da Política de Assistência Social. Aponta que a questão imigratória é uma
303 realidade que veio para ficar, que o imigrante é um cidadão como qualquer outro, e o
304 CRAS tem a função do acolhimento, enfatiza a importância de articulação em rede,
305 mostra-se aberta para que os gestores falem e disponibiliza o e-mail e telefone da
306 Gerência. Janice, da FECAM, fala que alguns municípios menores não têm a ciência
307 que o CRAS deve fazer a acolhida do imigrante, diferente de municípios maiores.
308 Acredita ser importante a realização de reuniões técnicas para falar a respeito das
309 políticas aos imigrantes, e que a FECAM está organizando e gostaria da parceria da
310 SDS, para a realização destas reuniões e informa que haverá outros setores também.
311 O Secretário Daniel agradece, aponta que a demanda é muito grande, e que não
312 devemos considerar isso como um problema, e sim uma demanda como todas as
313 outras. Ressalta a importância da dignidade humana e empatia, que todos nós somos
314 imigrantes, e devemos priorizar essa demanda. Maria Cláudia agradece os Gestores
315 Estaduais comprometidos com causas e demandas sociais, destaca que a maioria dos
316 Gestores Municipais que estão presentes na reunião são também comprometidos com
317 a causa. Afirma saber que são grupos extremamente vulneráveis, e a realidade tem
318 deixado os Gestores impotentes. Nenhum município possui abrigo para famílias
319 inteiras, casas, auxílio emergencial, elas têm dificuldade de acesso a documentação
320 básica para se cadastrar. Salaria que o perfil é diferente de pessoas em situação de
321 rua, em que sua maioria são usuários de drogas e álcool, estes imigrantes são
322 refugiados, muitos tem ensino superior, e encontram no Estado uma situação de
323 calamidade, não temos o que oferecer a eles. Afirma que vê dos técnicos um
324 comprometimento, que criam uma rede, mas por exemplo encontram a Polícia Federal
325 de portas fechadas, não tem abrigo, documentação. A defensoria não tem telefone, é
326 apenas online, e os imigrantes não têm computador ou telefone, e nem os municípios
327 tem para oferecer. Pede a avaliação da reabertura do CRAI, onde tinham profissionais
328 para dar esse suporte. Diz que os serviços como CRAS e CREAS não dão conta.

329 Aponta que o problema começa nas fronteiras, que no entendimento dos municípios
330 alguém está custeando a passagem desses imigrantes, pois eles vêm de avião para
331 Florianópolis, alguém paga a passagem para a interiorização. Questiona que tem ONG
332 que financia a vinda por 3 meses, mas e depois? Quem está fazendo a fiscalização do
333 trabalho dessas ONGs? Ela, enquanto Presidente do COEGEMAS, não sabe nem
334 quais são essas ONGs. Coloca que essa pauta precisa chegar em Brasília, pois Santa
335 Catarina não recebe os recursos necessários, a necessidade de reabertura do CRAI, e
336 em caso de inviabilidade, pensar na possibilidade de ter agentes de imigração das
337 SDS. Outra possibilidade é repassar recursos para que os municípios com essa
338 demanda, não só de venezuelanos, para além do cofinanciamento da Política de
339 Assistência Social, um recurso extraordinário, pois o país abriu as fronteiras e tem
340 recebido extraordinariamente imigrantes. Sugere um consórcio, um equipamento que
341 possa ser regionalizado, de transição, que o Estado possa junto a FIESC saber quais
342 são as áreas que estão empregando, que tem capacidade de acolher. Diz que sobre os
343 indígenas, precisa-se ter articulação com o Rio Grande do Sul e Paraná, pois eles vêm
344 de outras aldeias. Houve algumas reuniões onde propuseram que tivesse um
345 posicionamento para que os indígenas não se deslocassem, cada município poderia
346 disponibilizar recurso para que eles permanecessem nas aldeias, não se deslocassem
347 na temporada – em razão da pandemia. Todos os movimentos e proposições não
348 tiveram consideração, a FUNAI não tem recurso, nem profissional, então está recaindo
349 para os municípios. Florianópolis tem um processo judicial, outros municípios devem ter
350 também, sabemos que não é só construir uma casa de passagem, há de se manter a
351 casa, fazer a manutenção, ter profissionais. Os indígenas vêm com a intenção de obter
352 renda, vem a família inteira para conseguir vender seus trabalhos, mas pedem ajuda
353 até para comer, pedem ajuda para a passagem de volta, água. E quando os gestores
354 vêem, eles já estão no município. Sinaliza que precisam que seja realizada articulação
355 estadual para o controle dessas vindas, para que venham famílias sem crianças em
356 situação de risco, sem idosos, sem doenças crônicas, que possam pensar numa
357 articulação ou um sistema de cooperativa. Percebem que é algo sem planejamento e
358 organização e que recai ao município. Menciona que sem rede, não adianta o Estado
359 dar apoio técnico, pois não tem para onde encaminhar. Precisam de suporte para
360 avançar e construir uma rede que acolha, buscar ações que de fato tenham resultados.
361 Secretário Daniel diz que não é porque está como secretário que deixa de ser
362 municipalista, conta que foi 8 anos prefeito e sentiu na pele essas demandas e
363 dificuldades. Cita exemplo dos haitianos em São João Batista trabalhando no setor
364 calçadista, onde tiveram a iniciativa junto com a secretaria da educação de fazer aulas
365 nos sábados, para esses imigrantes terem acesso a nossa língua. Diz que compreende
366 as angústias, que são as angústias de muitos municípios, elogia o trabalho de Regina e
367 pede contextualização técnica de quais caminhos seguir, que podem contar com ele
368 para ser a voz dos municípios nessas situações. Sra. Regina concorda com a Maria
369 Claudia a respeito da demanda, souberam que aviões que trouxeram os imigrantes, e

370 não sabiam nem que viria. Se deparam com falta de condições da gestão. Pensa que
371 para hoje levantaram tudo que era possível. Que respostas emergenciais não são a
372 resposta, mas sim estruturar, planejar. Entende ser interessante que a articulação de
373 todos, e para isso precisa do Secretário, pois é uma demanda complexa, e vão tentar
374 estruturar uma forma de trabalho. Acolher é importante, mas tem a questão de
375 cofinanciar, então nesse sentido são questões que vão trabalhar em equipe. Em
376 relação a questão da população indígena, diz que tiveram uma conversa com a FUNAI,
377 sabem da questão cultural de se deslocarem ao litoral para vender artesanato, e que a
378 demanda chega abruptamente. Informou que foi solicitado para as lideranças das
379 aldeias para que conversassem com todos para que não viessem idosos, crianças.
380 Informou que soube por meio do Conselho Estadual dos Povos Indígenas que muitos
381 não se deslocaram. Aponta que em contrapartida, estão em seu território de forma
382 precária. Sobre a questão alimentar, oficiaram para a secretaria nacional e para outros
383 órgãos. Numa das conversas com a FUNAI, ano passado foi instituído um Grupo de
384 Trabalho Permanente Indígenas, dia 09/12/2020 (dezenove de dezembro de dois mil e
385 vinte). A próxima reunião ocorrerá no dia 30 de abril, a partir das 13h30. Agradece e
386 se põe a disposição. Elisiane Sanches, Secretária municipal de Assistência Social de
387 Chapecó, pede ao Secretário e a equipe auxílio para o que vem enfrentando em
388 Chapecó. Diz que há na cidade mais de 10 mil imigrantes legalizados. Mais de 2 mil
389 venezuelanos. Que a situação está muito complicada. Recebem vãos e ônibus cheios
390 de imigrantes. O Secretário Daniel se põe à disposição, diz que irá a Chapecó e a
391 cidade se configurará como primeiro passo no tema. Maria Claudia faz a proposta de
392 encaminhamento que o Secretário traga a resposta na próxima plenária da CIB AS SC
393 quanto a possibilidade de reativação do CRAI. Se há interesse, disponibilidade
394 financeira/orçamentária, se a nova gestão entende que esse é o caminho, ou se há
395 uma outra proposta, para além do que a Regina mencionou, qual o plano de ação para
396 além do apoio técnico. Pede um plano de ação efetivo, com ações, agendas, ou
397 contratação, ou repasse de recurso extraordinário etc. Secretário Daniel sugere que o
398 debate vá para além da CIB, que se estabeleça Comissão para se aprofundar no tema.
399 Maria Claudia sugere que avaliem os dados que a Secretaria tem, do CRAI, sem o
400 CRAI o que avançou e o que não; e se acreditam que essa proposta de retomar, ou se
401 a proposta é diferente. Solicita que o Estado apresente um plano de ação além de
402 apoio técnico, de forma efetiva de suporte. Se colocam a disposição para ajudar a
403 pensar. Secretário diz que vai conversar com Regina para alinharem e planejarem.
404 Luciane agradece as manifestações e o compromisso do Secretário. Afirma que os
405 técnicos da Secretaria e do Estado como um todo não são poucos, que a equipe é
406 reduzida, por isso as ações técnicas se limitam e as questões de gestão se sobrepõem
407 as competências técnicas. Prestam apoio técnico, acompanham, mas em um
408 determinado momento muitas vezes não se condição de avançar, então tendo um
409 gestor que possa se comprometer com essas necessidades é importante. **Inclusão de**
410 **pauta: Transborde INSS:** Marlete do Colegiado da Associação de Municípios do

411 Oeste de Santa Catarina - AMOSC, com sede em Chapecó, apresenta a pauta. Afirma
412 que a questão do INSS vem batendo a porta de municípios em todo o Estado de Santa
413 Catarina já vem desde o ano passado, no momento da instituição do “Meu INSS”, onde
414 evita-se o atendimento presencial nas agências, nos postos de atendimento da
415 Previdência Social, e acaba sendo instituído alguns benefícios por meio eletrônico, o
416 que para o público alvo da Política de Assistência Social acaba inviabilizando o acesso,
417 pois muitas vezes o usuário não tem acesso a internet ou não tem celular. O que
418 acaba demandando uma grande atenção do CRAS, dos equipamentos da Política de
419 Assistência Social, e os profissionais dos CRAS dos municípios tendo que colocar o e-
420 mail particular, encaminhamento em nome da pessoa, e caso percam o prazo, os
421 técnicos podem responder civilmente por esta perda. Ano passado foi levada essa
422 demanda do COEGEMAS para a CIB e da CIB para a CIT, pois esta é uma realidade
423 no Brasil todo, e houve nota técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social, e
424 posteriormente não se debateu mais o assunto. Mas a mesma demanda continuou nos
425 municípios. Hoje, chegam numa situação insustentável onde a maior demanda desde o
426 ano passado ou era auxílio emergencial ou era previdência social. Diz que quando foi
427 instituído o fechamento das atividades em 18 de março, as agências da CAIXA
428 fecharam e o INSS que já era pouco presencial passou a ser totalmente pelo fone 135
429 ou “Meu INSS”. Quando foi instituído o “Meu INSS”, era necessário que se desse
430 respaldo e atendimento. Afirma que tem clareza de seu papel e do comprometimento,
431 que BPC não se discute o encaminhamento, que isso sim compete aos trabalhadores do
432 SUAS, o que não querem é encaminhar aposentadoria, pensão por morte, auxílios e
433 outros tipos de benefícios da previdência social e ter de responder muitas vezes por
434 não olhar o e-mail ou não encaminhar um documento em anexo para que o usuário
435 tenha acesso ao benefício. Que a CIB retome o diálogo com a Previdência Social.
436 Maria Claudia afirma que o INSS fechou as portas de acesso e tem recaído essa
437 demanda aos CRAS. O próprio INSS tem informado aos usuários que procurem os
438 serviços do CRAS. Porém não é uma atribuição da Política de Assistência Social, não
439 se tem a capacitação ou estrutura para essa demanda. Propõe como encaminhamento
440 uma reunião da SDS com a Superintendência do INSS de SC, a fim de pactuar as
441 responsabilidades de cada política pública, que o INSS assuma suas
442 responsabilidades. Salaria que não são um canal de acesso tecnológico para as
443 pessoas. Ou o Estado cria esses canais, para as pessoas que não têm acesso ao wi-
444 fi, internet, celular possam fazer agendamentos, ou coloque profissionais, estruturas,
445 internet nos serviços da Assistência Social. Se entenderem que é da Assistência, é
446 preciso pactuar isto antes. Informa que houve relatos de agressões, ameaças, boletim
447 de ocorrência, pois os técnicos não têm competência técnica para realizar tais
448 atendimentos e o usuário não entende. Pede que após a pactuação, isso seja
449 publicizado, pois definindo as atribuições não fica dependendo da boa vontade, em que
450 um técnico faz e outro não. Luciane agradece as contribuições, reafirma que apesar de
451 não ser atribuição nossa, o técnico muitas vezes acaba fazendo, pensando na

452 necessidade do usuário. Em uma reunião em 2019 a superintendente de Florianópolis,
453 Marcia, atendeu a SDS, se colocou à disposição para outras reuniões, porém foram
454 encaminhados ofícios e não houve êxito ou resposta. Na oportunidade ela havia se
455 comprometido a participar em reunião da CIB seguinte, marcaram para setembro, ela
456 desmarcou e não tiveram mais retorno, depois entramos em pandemia. Diz que
457 precisam sim retomar esse debate, que na última CIB de dezembro tiveram esse
458 encaminhamento, o ofício foi enviado e não houve retorno. Explica a situação do
459 “transborde do INSS” para o Secretário Daniel. Traz a real necessidade dessa conversa
460 para definir as atribuições. Fica encaminhado o contato com a Superintendência e
461 marcar uma reunião. Maristela, Gerente de Proteção Social Básica, complementa a fala
462 de Luciane, resgatando a fala da Marlete de levar para a CIT essa discussão. Pois se a
463 regional não está nos atendendo, e é uma questão da esfera nacional, é importante
464 que seja discutido enquanto CIT, pois ultrapassa a Secretaria de Estado, até para
465 ganhar força com os demais Estados da Federação. Sra. Máira lembra que não está
466 tendo CIT. Luciane pergunta se o encaminhamento foi de mandar o ofício para a CIT
467 também. Máira informa que os três ofícios encaminhados na última reunião foram
468 encaminhados para a CIT, assim como para o INSS, e informa que foi cancelada a
469 última reunião da CIT novamente. Luciene aponta a necessidade de se articular com a
470 CIT, para saber quando entrará na pauta. Maria Claudia pede o reencaminhamento
471 desses documentos para o COEGEMAS. Informa que como vice-presidente Regional
472 Sul, irá levar a pauta para o CONGEMAS, para solicitar que o CONGEMAS também
473 faça esse tensionamento na CIT e nas esferas em que tiver alcance. Fica
474 encaminhado de Máira enviar para Taiza. **Conferências de Assistência Social.** Sra.
475 Maria Claudia abre a pauta dizendo que em assembléia do COEGEMAS foi trazido por
476 a demanda para que a SDS providencie junto ao CEAS uma capacitação, uma
477 palestra, roda de conversa, junto com o COEGEMAS e a FECAM sobre o tema das
478 conferências. Sabem que entre maio e Agosto é possível fazer a realização. Foi
479 sugerido fazer debate prévio do tema junto com o COEGEMAS para instrumentalizar os
480 gestores para a realização das conferências municipais. Muitos são gestores novos,
481 muito interessados em realizar esse processo conferencial, em aprender, mas
482 sobretudo se capacitar, ampliar seus conhecimentos acerca do tema. O pedido é que
483 ainda no mês de abril seja agendada e divulgada uma palestra sobre o tema da
484 conferência. Luciane diz que verificarão junto com o CEAS, pergunta se Raquel,
485 presidenta, ainda está na reunião. Sra. Raquel diz que a comissão organizadora da
486 conferência está aguardando a convocação nacional, que terão reunião agora dia 26
487 (vinte e seis) de março. Nacionalmente foi feito ajuste do cronograma, então as
488 conferências serão a partir de maio e não de abril, e nos próximos dias irão vir as
489 orientações. Enfatiza a dificuldade da conferência remota. A Conferência Estadual
490 provavelmente será totalmente remota, mas compreendem a dificuldade dos
491 municípios em acessar a internet, da participação dos usuários. Aponta que este é o
492 maior desafio que precisarão pensar juntos: a estratégia de fazer a conferência nessa

493 modalidade. A intenção sempre foi de manter a conferência, entendendo que não tem
494 como deixar de fazer a discussão da avaliação da política esse ano, tanto
495 nacionalmente quanto nos estados e municípios. Informa que a tendência é aumentar o
496 cronograma, esperando que a vacinação avance, que a pandemia seja controlada,
497 porque nesse momento é muito difícil qualquer possibilidade de encontro. Diz que a
498 modalidade híbrida talvez possa ser um caminho com o passar dos meses. Mas para a
499 estadual já estão considerando que seja realizada de forma virtual. A convocação sairá
500 na plenária de abril, e concorda que deve ser organizado encontro de orientação para
501 os gestores e conselhos, em conjunto. Maristela pede licença e lembra que dia 20
502 (vinte) de março é o último dia para o preenchimento do SISC pelos municípios,
503 conforme está nos informes da CIB enviado para todos. **5 ° Encerramento:** Sra. Maria
504 Cláudia agradece a tarde produtiva de trabalho, agradece por todos os Gestores
505 Municipais estarem tendo a oportunidade de participação, agradeceu à todos os
506 gestores, técnicos que acompanharam a reunião de CIB, reunião produtiva, com muitas
507 informações, ressaltou a importância da aproximação do Estado com os Gestores
508 Municipais para dar força para lutar pela política de Assistência Social, gostaria de
509 agradecer aos colegas de mesa, tanto do Coegemas, como também da SDS, afirmou
510 que seu compromisso enquanto Presidente do Coegemas, é ser a voz de todos os
511 gestores municipais de Santa Catarina, sempre pensando na ampliação da política de
512 Assistência Social, do SUAS, agradece a todos. Secretário Daniel, agradece a todos,
513 informa que a SDS está em esforço contínuo na busca por mais recursos, salienta a
514 importância do diálogo claro. Afirma que está a disposição para lutar pela Política no
515 Estado e nos Municípios de Santa Catarina, sempre irá lutar pelo fortalecimento do
516 SUAS. Agradece a presença e participação de todos. Nada mais havendo a tratar, eu
517 Máira Ribeiro Melo – Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja
518 gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.

519